

começar por organizar arquivos, torná-los acessíveis aos investigadores, organizar a recolha de testemunhos orais, apoiar a realização de estudos monográficos, em síntese, participar no desenvolvimento de projectos de investigação, em articulação com universidades e centros de investigação.

Paulo Fontes

*ROTEIRO de Museus (Colecções Etnográficas): Lisboa e Vale do Tejo: Primeiro volume.* Lisboa: Olhapim, 1997, 167 p.

Anunciado como o primeiro volume de uma colecção, o *Roteiro* resulta de um projecto de investigação levado a cabo pela associação Caminus-Actividades Culturais, durante o período de 1994 a 1997. «Representações da cultura portuguesa nas colecções etnográficas dos museus locais» é o título do projecto, que foi subsidiado pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) e Instituto Camões (IC) ao abrigo do programa Lusitânia, e teve ainda o apoio do Instituto Português de Museus, da Fundação Calouste Gulbenkian e do INATEL. A equipa de investigação era constituída por: Nélia Dias, coordenadora científica, e José António Figueiredo Dias, consultor científico, que co-assinam a apresentação do livro; Catarina Mira, Cláudia Freire Pignatelli, Maria João Abreu Mota, André Pereira Dias da Costa e António Perestrelo de Matos, como investigadores, que assinam os respectivos textos sobre vários museus e colecções.

A ideia que esteve na concepção do *Roteiro* é interessante: organizar e tornar acessível ao grande público parte da informação recolhida no âmbito de um projecto de investigação que tem objectivos mais vastos, nomeadamente o «perceber qual a visão de cultura veiculada pelos museus e colecções etnográficas e de que maneira estas instituições reflectem e participam na construção das identidades representadas» (p. 7). Efectivamente, partindo da constatação do surto museológico que se verificou em Portugal nos últimos vinte anos, é possível e desejável interrogar «de que maneira este surto museológico se relaciona ou não com o desenvolvimento da Antropologia em Portugal» (p. 8). Directamente, estamos em crer que não. Atendendo às conclusões provisórias que os próprios autores retiram relativamente aos dados recolhidos para a região de Lisboa e Vale do Tejo, poderemos, sim, encontrar razões comuns a esse surto museológico e ao desenvolvimento da Antropologia no país: as transformações profundas por que a sociedade portuguesa passou, nomeadamente «o desaparecimento da agricultura, dos modos de vida que com ela relacionados, e a crescente urbanização com o incremento dos sectores secundário e terciário» (p. 8).

O critério de divisão regional adoptado pelos autores é-nos explicado na introdução do livro, assinada por António Perestrelo de Matos. «Ao optarmos por dividir o trabalho de investigação [...] de acordo com os espaços territoriais definidos pela Comissões de Coordenação Regional (Algarve, Alentejo, Centro, Norte e Vale do Tejo) e Regiões Autónomas (Açores e Madeira), fizemo-lo por nos parecer que esta divisão oficial era mais coincidente com a proposta por Orlando Ribeiro, na sua obra *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* e consensual na Etnografa Portu-

guesa» (p. 9). Cada uma destas cinco regiões foi por sua vez dividida em «sub-regiões, que seguem os parâmetros de Orlando Ribeiro e de outros geógrafos como Barros Gomes, Amorim Girão e Hermann Lautensach, onde a “presença humana” — densidade populacional — se torna um factor decisivo para a formação das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto» (p. 9). No caso deste primeiro volume, sobre a região de Lisboa e Vale do Tejo, foram contempladas três sub-regiões: Oeste, Ribatejo e Área Metropolitana de Lisboa, subdividida ainda em Grande Lisboa e Península de Setúbal.

O volume apresenta-nos assim 68 museus ou núcleos museológicos, de acordo com a designação adoptada pelas próprias instituições — que não necessariamente de acordo com os critérios definidos a nível internacional pelo ICOM relativamente à classificação de museu —, e incluindo na designação de «coleção etnográfica» não apenas artefactos ou objectos materiais, mas também documentos escritos, visuais e sonoros. Procurou-se «integrar as coleções que explícita ou implicitamente eram consideradas representativas da cultura local / regional», esbatendo-se assim as fronteiras entre coleções arqueológicas, etnográficas e históricas. Opção devidamente justificada e perfeitamente defensável, tanto mais que um dos objectivos do projecto era observar o modo de representação da cultura portuguesa a partir de iniciativas locais, mais ou menos programadas, sem a marca de grandes academismos.

O trabalho realizado nesta região, agora apresentado, permite aos autores retirar já algumas conclusões provisórias, que merecem ser destacadas:

- «Quanto à **entidade tutelar** (Câmaras municipais, sociedades recreativas, ranchos folclóricos, centros recreativos, juntas de freguesia, instituições religiosas — paróquias, Santa Casa da Misericórdia — e particulares) há uma nítida predominância de museus ligados a Câmaras municipais, o que tem implicações em termos das actividades desenvolvidas e da natureza do espólio»;

- «No que diz respeito à **temática** abordada, se muitos dos museus e coleções da região de Lisboa/Vale do Tejo contêm coleções muito diversificadas — utensílios de trabalho (agrícola, pesca, artesanal), traje, utensílios domésticos, objectos festivos e lúdicos (objectos de culto, instrumentos musicais), outros são mais especializados numa temática — o vinho, a alfaia agrícola, o barro, o azeite ou a cortiça. Contudo um denominador comum é a tónica posta com maior incidência no mundo do trabalho e no universo doméstico, e menor no lazer»;

- «Em relação aos **modos expositivos**, encontrámos desde reconstituições de interiores (nomeadamente a cozinha e o quarto) até musealizações de sítios (lagares de azeite e de vinho, fábricas), passando por modos de apresentação sob formas de vitrines, de painéis, de manequins, etc»;

- «Na maioria dos casos analisados a cultura representada é predominantemente a cultura “popular”, sendo esta última directamente equacionada com ruralidade e tradição. Assim, a cultura operária é, salvo raras excepções, menosprezada a favor da cultura camponesa. Também estão ausentes exemplos ligados a práticas de cultura “popular” urbana (p. 8).

A partir daqui, e na perspectiva do estudo do “religioso”, algumas interrogações devem ser colocadas. Será possível remeter o religioso apenas para a dimensão do «festivo» e «lúdico», quando sabemos que uma das principais características das sociedades rurais, que aqui de algum modo se espelham, conferem uma centralidade

à religião, institucionalizada ou não, procurando as mais variadas formas de sacralização desse mesmo real? Afinal, formas de expressão e vivência das comunidades visíveis também nos mais variados vestígios materiais associados ao quotidiano das populações, rurais ou industriais: das capelas, cruzeiros e ermidas, aos terços, oratórios, pagelas, escapulários, estandartes e ex-votos, passando pelos paramentos, imagens de Cristo, de Maria e dos mais variados Santos de devoção “popular”. Por que razões surgem tão pouco visíveis ao longo do *Roteiro*? Ainda assim, são insistentes e variadas as referências aos objectos de cariz religioso, tanto a nível da «arte sacra», quanto dos «trajes religiosos», «paramentos» ou «vestes litúrgicas», ou ainda dos «objectos de promessa» (Vg.: p. 29, p. 47, p. 60, p. 77, p. 101-103, p. 119, p. 157, p. 163-166).

A par de alguma simplificação conceptual e do que surge como efectiva limitação do campo de estudo definido pelos investigadores, é justo interrogarmos também sobre o tipo de valoração social atribuída a esses vestígios materiais, tanto positiva quanto negativamente. Por um lado, é certo que muitos oratórios e capelas, embora transformados ou sujeitos a divesos processos de “modernização”, continuam a ser conservados e utilizados como lugares de culto, manifestando assim formas de permanência e adaptação do religioso às mudanças sociais; e, mesmo quando fechados ou até votados a certo abandono, esses lugares continuam a ser considerados, como “lugares sagrados”, impedindo assim outros usos sociais. Por outro lado, na transição do «mundo rural» para o «mundo urbano», atrás referida, se é verdade que haverá grandes continuidades a nível do religioso, nomeadamente na utilização de certos objectos (ex: um terço continua ser um terço e a servir para rezar o terço, independentemente do material de que é feito - madeira, metal ou plástico), é também possível perguntar se haverá já a reflexão cultural e o enquadramento institucional necessários, estimulando, permitindo e organizando a recolha e salvaguarda de muitos dos objectos outrora usados pelas populações na vida religiosa, para além da «arte sacra» propriamente dita. Os responsáveis pelas mais variadas instituições religiosas encontram-se assim perante um desafio, no sentido de uma maior e melhor atenção ao seu próprio património histórico-cultural. A par de um necessário trabalho de reflexão conjunto, há também iniciativas que merecem ser conhecidas e divulgadas, como o Museu de Arte Sacra e Etnologia do Centro Missionário Allamano (cf. p. 163-164) e a Casa Museu de Aljustrel-Fátima (cf. p. 165-166), referidas neste *Roteiro*.

Aos autores deseja-se o maior sucesso na continuação do seu projecto. De acordo com o plano anunciado, ficamos a aguardar com expectativa a saída dos restantes volumes do *Roteiro*, relativos às demais regiões do país. A qualidade evidenciada pelo primeiro volume e o cuidado posto na sua apresentação gráfica, simples mas eficaz, justificam essa expectativa e o voto de que a sua divulgação seja o mais ampla possível. O que alguns estudaram todos poderemos vir a conhecer, conhecendo poderemos fruir, fruindo vamos aprendendo, todos, a dar mais valor ao nosso património histórico-cultural, condição para a construção da nossa memória social. Uma memória que permita a interrogação sobre as nossas raízes, assim como a definição da nossa identidade colectiva, numa verdadeira atitude de abertura cultural.

Paulo Fontes